

(DES)CONTINUIDADES HISTÓRICAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA NO BRASIL

pg 137-150

Patrícia Cardoso¹

Resumo

Neste artigo, analisamos a produção de saberes que contribuíram no processo de institucionalização da Linguística no Brasil, a partir de artigos de Joaquim Mattoso Câmara Jr. publicados na Revista Letras da UFPR. Ao investigar os artigos que fazem parte de nosso *corpus* verificamos certa forma de resistência do sujeito Câmara Jr. ao ir de encontro com as teorias legitimadas da época, dessa forma, acreditamos que o seu lugar de fala contribui para entendermos as condições de existência e o funcionamento discursivo do momento de inauguração da Linguística no Brasil. Os levantamentos dessa pesquisa são de máxima importância para compreendermos o presente, uma vez que ao olhar para as (des)continuidades históricas percebemos caminhos e vestígios que possibilitaram e possibilitam a emergência e a (re)produção de discursos atuais.

Palavras-chave: História da Linguística. Joaquim Mattoso Câmara Jr.. Des(continuidades)

HISTORICAL (UN)CONTINUITIES IN THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF LINGUISTICS IN BRAZIL

Abstract

In this articles, we have analyzed the production of knowledge that contributed in the process of institutionalization of Linguistics in Brazil, based on articles published in *Revista de letras* by Joaquim Mattoso Câmara Jr. By investigating the articles that make up our corpus, we have verified a certain way of resistance from the subject of Câmara Jr. when facing the legitimated theories of his time, thus, we believe that his place of speech has contributed to understand the conditions of existence and the discursive functioning of the moment of the inauguration of linguistics in Brazil. The findings of this piece of research is of the maximum importance to understand the present, since once looking at the historical (un)continuities we realize paths and traces that have allowed the emergence and (re)production of actual discourses.

Keywords: Linguistic History. Joaquim Mattoso Câmara Junior; (Un)continuities.

¹ Doutoranda pelo Departamento de Linguística da USP/SP. E-mail: patriciacardoso@usp.br

Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas...
(FOUCAULT, 2006, p. 258).

Introdução

As teorias linguísticas como nos são apresentadas atualmente têm uma história descontínua que, assim como numa trama, os pontos se interligam e entrecruzam sob um emaranhado de descontinuidades sobrepostas. As correntes linguísticas atuais, então, aparecem não numa grande continuidade, mas nos desvãos da história, portadora de memórias desconexas que se sobrepõem.

Desse modo, considerando a necessidade de conhecer o passado para compreender o presente, nosso desafio, como analistas de discursos, quando orientado pelo método arqueológico proposto por Michel Foucault, é investigar a espessura histórica dos acontecimentos que contribuíram para algumas transformações nos regimes dos saberes sobre a língua(gem). Mais especificamente, examinar os saberes que alicerçavam os anos iniciais da disciplina da Linguística, no Brasil, e definiram as possibilidades de reinscrição e transcrição de certos dizeres. Revolvendo o passado é possível trazer à tona os acontecimentos discursivos que permitiram a irrupção de certos enunciados, e não de outros, que forjaram a disciplina da Linguística, focalizando um momento sócio-histórico em que os discursos, a propósito de uma ciência da linguagem, começavam a romper o instante, dispersar os sujeitos, ganhar dizibilidade e revolucionar as concepções de língua(gem) de Linguística até então em voga.

Para essa tarefa, analisamos três artigos presente na Revista Letras da UFPR², destacamos a entrada de certos aportes estruturalistas nos grandes centros acadêmicos brasileiros, dando ênfase ao nome que se sobressai: Câmara Júnior. Interessamos pontuar as relações de poder-saber em meados dos anos 1950, momento fortemente marcado por um estudo filológico, que propiciaram ou interditarão a recepção dos estudos fundamentais e fundantes no campo da Linguística no Brasil.

O acontecimento da linguística no Brasil

O início do processo de institucionalização e cientificação dos estudos linguísticos no Brasil começa a se delinear a partir da década de 1930, com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia, em São Paulo e no Rio de Janeiro³. Até então, os estudos relacionados à linguagem possuíam o caráter autodidata e os estudiosos de Letras tinham formação superior de outra natureza. Eram os casos de Sousa da Silveira, formado em Engenharia; Antenor Nascentes, em Direito; Câmara Jr., formado em Arquitetura e Direito.

2 A Revista Letras circula ininterruptamente desde seu surgimento, 1953, sendo, portanto, a revista mais antiga em circulação no Brasil. Antes, ela pertencia à antiga Faculdade de Filosofia de Curitiba; hoje, à Universidade Federal do Paraná. Apesar de pouco conhecida nos estudos referentes à história da Linguística, essa revista teve participações assíduas de grandes nomes precursores dos estudos linguísticos. Além de Joaquim Mattoso Câmara Junior, publicava nesse periódico o primeiro brasileiro doutor em Linguística a atuar nas universidades, Aryon Rodrigues, aluno e professor da UFPR. A revista manteve publicação anual até o número 44, depois se tornou semestral. Atualmente, ela está no volume nº97 e possui *qualis* capes B1. Ao longo desses anos conservou a característica básica de publicar artigos e ensaios sobre língua, literatura e linguística em diversas línguas modernas, como o português, o inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano. Hoje, aceita também artigos de áreas afins e resenhas de obras editadas nos dois últimos anos.

3 Segundo Cristina Altman (1998, p. 68), “[...] a primeira Faculdade de Filosofia regularmente organizada, foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, fundada em 1933, em São Paulo. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, que incorporou às instituições já existentes – Direito, Medicina, Engenharia, Escola Agrícola, Farmácia e Odontologia – uma Faculdade de Filosofia. Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, que também instituiu uma Faculdade de Filosofia e Letras”.

Devido a isso, com a falta de especialistas para reger os cursos de Letras das recém-criadas Faculdades de Filosofia, contratavam professores da Europa, mais exatamente da França ou de Portugal, que aqui deixaram seus discípulos. Foi o caso dos seguintes professores: Roger Bastide, Fernand Braudel, Giuseppe Ungaretti, Claude Levi-Strauss etc. A influência dos professores europeus foi tanta que os seus discípulos ocuparam as principais cátedras universitárias do país e foram responsáveis, até meados dos anos sessenta, pelo menos, pela propagação e congregação do maior número de adeptos dos assuntos linguísticos, ainda que alguns deles nunca aceitassem ser chamados de “linguistas”, mas de filólogos. Logo, o estatuto de cientificidade que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria linguística no Brasil era predominantemente de cunho filológico, confundido, muitas vezes, com estudos literários, conforme diz CÂMARA Jr, (*apud*, ALTMAN, 1998).

Fiorin (2006, p. 17) também confirma esse fato ao dizer que a cátedra dos primórdios das faculdades “[...] era predominantemente histórica. Além da gramática histórica, insiste-se, ao estudar a história da língua, na língua literária, principalmente dos autores que foram considerados modelos de perfeição lingüística”.

Um dos representantes mais árdios na causa da filologia foi Silveira Bueno, que assumiu, em 1940, a cadeira de Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Seus trabalhos tinham a função de divulgar os estudos da filologia em diferentes disciplinas, com o objetivo de ter “o conhecimento perfeito e completo da vida intelectual de um povo através de todos os seus monumentos literários” (Anuário, 1953, p. 84).

Assim, os estudos praticados pela academia eram de caráter nitidamente histórico, voltados para os trabalhos de grande erudição sobre o português. Depois de uma longa discussão sobre a existência ou não de uma língua brasileira, tivemos,

a partir de Amadeu Amaral, com a publicação do livro “O dialeto Caipira”, um novo programa de investigação sincrônico com o intuito de retratar o dialeto brasileiro, as variantes regionais e locais. O que acabou contribuindo ainda mais para a fundamentação de interpretações histórico-filológicas divergentes da língua brasileira, pois “o falar errado do caipira servia de pretexto apenas para uma literatura leve, de interesse recreativo” (DUARTE, 1955, p. 21).

Sobre a importância linguística, não é necessário insistir, pois ela, por assim dizer, se impõe por definição. Basta notar o seguinte: uma vez reconhecido que o fundo do dialeto representa um estado atrasado do português, e que sobre esse fundo se vieram sucessivamente entretecendo os produtos de uma evolução divergente, o seu acurado exame pode auxiliar a explicação de certos fatos ainda mal elucidados da fonologia, da morfologia e da sintaxe histórica da língua. Por exemplo: a pronúncia clara de *e* e *o* átonos finais comprova o fato de que o encurtamento só começou em época relativamente próxima, pois de outro modo não se compreenderia porque o caipira analfabeto pronuncia *lado*, *verdade*, quando os portugueses pronunciam *lado*, *verdad*’. (AMARAL, 1955, p. 12).

Notamos que, apesar de se inscrever no domínio do “linguístico”, o discurso está arraigado no estudo filológico, com o intuito de separar a fala correta da errada, colocando o dialeto caipira num “estado de atraso” e de “uma evolução divergente”. Dessa maneira, mesmo com o interesse crescente pelos dados da fala, não houve um conflito com a Filologia, pelo contrário, as duas ciências juntaram-se e passaram a nomear-se filólogos.

Com efeito, a dialetologia adquiriu legitimidade incorporando-se ao programa da Filologia ocupando, nos anos cinquenta, forte espaço institucional. Foi por volta desse momento, com a implantação do Centro de Estudos de Dialetologia Brasileira, por Silva Neto, que cresceram as pesquisas acadêmicas com vistas a ter um melhor conhecimento dos falares brasileiros, dentre elas, a elaboração de atlas linguísticos brasileiros regionais.

Essa linha de pesquisa não teve grande continuidade, uma vez que o trabalho de pesquisa de campo se tornara perigoso em consequência da crise política de 1964, quando os pesquisadores eram suspeitos de subversão. Soma-se a isso a falta de recursos e o obstáculo da imensidade territorial do país. Tudo contribuiu, predominantemente, para a queda da dialetologia e o início de outra linha de pesquisa: o estruturalismo que, no Brasil, começa a se delinear em São Paulo, com Theodoro Henrique Maurer Jr, regente da cadeira de Filologia Românica da USP. Suas teorias eram baseadas em Saussure, Bloomfield etc, e constituíram “a base de toda uma geração de lingüistas (sic), que estão em atuação hoje em diferentes universidades brasileiras” (FIORIN, 2006, p. 24).

Porém, foi com Câmara Jr, em 1938 e 1939, que ocorreu, pela primeira vez, um curso extensivo de Linguística, ministrado nas então criadas Faculdades de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Conforme o próprio mestre:

Embora efêmero⁴, esse curso marcou, anos mais tarde, o início de um processo de institucionalização da Linguística no Brasil e de uma nova orientação teórica e metodológica para os estudos linguísticos daquela época.

Contrariando o protocolo, Câmara Jr. ministrou aulas de “Linguística” divulgadas, primeiramente, na Revista de Cultura e compiladas, em 1941, no “*Princípios de Linguística Geral*”, que fizeram do autor grande propagador e divulgador de uma linguística brasileira. Ele propôs uma prática das ideias linguísticas advindas da Europa e dos Estados Unidos para aplicá-las na descrição do português, fato que lhe custou caro, como veremos mais adiante.

Considerando as condições de produção, em uma época ditatorial do período do Estado Novo,

4 Câmara Jr. Jr. ministrou o curso sobre Linguística Geral por apenas dois anos, em virtude da extinção da UDF, em 1939.

a Universidade do Distrito Federal, doravante UDF, teve vida muito curta, porque foi considerada renovadora e subversiva. Nessa época, em 1939, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, transferiu o acervo da UFD para a Faculdade Nacional de Filosofia, que deveria ser modelo de todas as outras. Todas as Universidades passariam a ser nacionais e tudo deveria seguir o padrão conservador (ALTMAN, 1998).

Para compreender o tipo de impacto da Linguística nos anos 40, é relevante rememorar quão distantes estavam os interesses da ainda iniciante comunidade de linguistas brasileiros. A geração de Câmara Jr. estava voltada para a “história da gramática do português, a edição crítica de textos antigos, a filologia românica, a etimologia e a dialetologia” (COELHO, apud, ALTMAN, p. 2004).

O conhecimento sobre a língua passava por um momento de gramatização⁵ como língua nacional, cujo objetivo era ensinar a ler e a escrever por meio de gramáticas da língua portuguesa o que implicava manter uma forma “correta” da língua. Essa gramatização, aliada a uma política centralizadora, ocasionou na formação de um mercado administrado lucrativo que tinha a função de conhecer cientificamente a língua e passar esse saber. A gramática era, portanto, o que legitimava o profissional de Letras.

Não havia espaço para novos discursos, no Brasil. Isso está relacionado com a organização dos saberes, pois não valiam as regras da Linguística, mas as da Filologia e da gramática normativa. Até porque, no lugar da UFD, foi fundada uma instituição conservadora que não incluía a “nova” disciplina – a linguística.

Esse acontecimento teve importantes consequências para a institucionalização da linguística no Brasil. Eliminar a linguística do

5 Segundo Aurox (2001, p 65): “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

currículo acadêmico significava excluir toda uma prática discursiva e de metodologias inovadoras relativas ao uso da linguagem. Além disso, limitava a formação de jovens profissionais, visto que eles apenas haviam iniciado os cursos de graduação. Essa ruptura, atrelada ao exercício do poder da época, foi crucial para o silenciamento e apagamento do sujeito Câmara Jr. cujos estudos só serão retomados nos anos 1960.

Dadas as condições de existência para a construção da disciplina linguística no Brasil, há que se pontuar que a isso estava atrelada toda uma estrutura acadêmica, social e política que impunha normas, modelos e interdições diante do novo. Desse modo, todos os saberes que não fossem de cunho filológico, ou seja, que não se inscrevessem nessa ordem discursiva (o que se podia dizer) eram inviabilizados, postos fora do discurso.

Nesse momento, excluído da Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio de Janeiro, Câmara Jr. afastou-se do público linguístico e da possibilidade de ascensão na carreira acadêmica. Voltou a ser professor de línguas nas escolas secundárias e, em 1943, começou a trabalhar no Museu Nacional. Recebendo apoio institucional do setor de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, conseguiu uma bolsa da fundação Rockefeller, que possibilitou sua viagem aos Estados Unidos, no período de setembro de 1943 a abril de 1944, para o Círculo Linguístico de Nova Iorque, do qual participou, dentre outros grandes nomes da Linguística da época, Roman Jakobson.

A estadia de Câmara Jr. em Nova Iorque fez com que ele tomasse maior contato com as ideias estruturalistas e, a partir daí, aderisse à análise sincrônica baseando-se nas leituras de Saussure e de Trubetzkoy⁶.

⁶ Trubetzkoy foi um linguista russo, participante do Círculo Linguístico de Nova Iorque, que deu grandes contribuições na fonética e na fonologia. A obra *Princípios da Fonologia*, publicada postumamente, é considerada a mais emblemática.

A entrada de Câmara Jr. no círculo linguístico americano mudou profundamente a sua concepção de análise linguística. Seu trabalho estrutural pode ser resumido em três pontos principais: a concepção de fonema como um valor linguístico, a análise e descrição dos dados linguísticos sincronicamente resultantes de uma distinção de traços pertinentes, a divisão de duas disciplinas sendo uma a fonologia ou fonêmica e a outra a fonética.

As ideias mattosianas herdadas do Círculo de Nova Iorque, foram alvo de duras críticas e, conseqüentemente, foram impedidas de significar pela censura daquela época. Dessa forma, não foi possível a formação de um novo campo do saber, pois havia interditos na circulação dos discursos, de tal forma que o sujeito linguista não podia ocupar determinados lugares. Vemos, nesse caso, uma rarefação, ou seja, uma tentativa de anulação dos saberes que dificulta e até mesmo impede o atravessamento de outros.

Câmara Jr. nas tramas do poder-saber e nos “jogos de verdade”

Como visto, o discurso tem sua complexidade por se tratar de algo externo à língua e pelo fato de que não se busca olhar para a evidência do sentido ou para a transparência do dizer, visto que não importa apenas a complexidade material dos enunciados, mas importa, sobretudo, a relação indissociável entre língua, história e sujeito. Portanto, ao analisar o discurso, é necessário considerar que ele necessita de elementos linguísticos ou não-linguísticos para ter uma existência material. Assim, é preciso mostrar a relação que liga os sentidos de um texto à sua exterioridade, ou seja, o que é dito tem relação com aquele que diz, para quem ele diz, com as condições de existência desse dizer, enfim, com a história.

Tudo isso nos leva a considerar o exterior discursivo e o espaço determinado pela conjuntura

sócio-histórica que fez com que o sujeito Câmara Jr. e a disciplina da Linguística fossem interditados, silenciados e, conseqüentemente, postos fora do discurso.

As condições de existência daquele momento foram assinaladas pelo período do Estado Novo, um momento político autoritário bastante marcante e polêmico, governado por Getúlio Vargas. Durante os anos de 1937 e 1945, as instituições foram controladas com o intuito de garantir, sobretudo, a Unidade/Identidade Nacional. Desse modo, todas as instituições políticas, culturais, educacionais etc. tinham de propagar um espírito de nacionalidade e de valorização das conveniências político-pedagógicas.

Nesse momento, as questões “linguísticas” advindas do exterior, principalmente no caso de Câmara Jr., com suas ideias americanas, não eram enunciáveis, a não ser na forma de resistência. Não havia espaço para a discussão das teses linguísticas na sociedade regida por interditos e pela repressão de várias ordens, inclusive linguística. Em vista disso, alguns temas que poderiam desestabilizar a política estadonovista eram colocados à margem, impedidos de serem ditos. Contudo, como veremos mais adiante, rupturas trazem novamente certos enunciados e os (re)colocam no centro, pois a história, no seu emaranhado de momentos, provocados por mudanças, acarreta quebras na linearidade aparente, podendo trazer à tona o que fora silenciado.

Foucault (2009, p. 8), em sua obra *A ordem do discurso*, desenvolve a ideia de que “nossa civilização, apesar de venerar o discurso, tem por ele uma espécie de temor”. Em consequência disso, nossa sociedade é controlada, selecionada e redistribuída por procedimentos de controle. O autor coloca a vontade de verdade, a interdição e a segregação como procedimentos externos de delimitação do discurso, que têm por função conjurar os seus poderes e perigos.

Seguindo a premissa de que os discursos são produzidos em condições sócio-históricas, marcados e sustentados por vontades de verdades peculiares de cada época e lugar, notamos, no discurso autoritário do Estado Novo, vontades de verdade associadas à interdição. São proibições manifestadas por meio da censura, do fechamento de universidades etc. que evidenciam a ligação da interdição com o desejo e com o poder.

Em relação à vontade de verdade, Foucault também argumenta que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade que opõe o verdadeiro ao falso. Acrescenta que essa separação:

[...] não é nem arbitrária nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é [...] essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 2009, p. 14).

Tal separação é historicamente constituída. Foucault (2009) lembra que no século VI, o discurso considerado verdadeiro era pronunciado por aquele que detinha um poder jurídico digno de temor e respeito. Um século mais tarde, a verdade se deslocou do ato de enunciação ritualizado para o próprio enunciado. A verdade não estava mais atrelada ao que se era, ou o que se fazia, mas no quê se dizia. Desse deslocamento, resultou a cesura que opôs o discurso verdadeiro ao falso e fez com que o verdadeiro não fosse visto mais como algo desejável, pois o discurso não era mais ligado ao exercício do poder.

A vontade de verdade se altera radicalmente no século XIX, com o surgimento de grandes atos fundadores da ciência moderna e de novas estruturas políticas. Gera-se, assim, a outra vontade de verdade, agora voltada à aplicação técnica dos

conhecimentos, e que consiste mais em ver e verificar do que em comentar. Nesse momento, a ciência pretende ser o lugar próprio da verdade com suas produções de saberes.

Argumentando que a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, Foucault acrescenta:

[...] [a verdade] está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos; enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas 'ideológicas'). (1979, p.12).

A verdade é uma determinação histórica: não existe, pois, uma verdade, mas vontades de verdades que se transformam conforme as contingências históricas, ou seja, “[...] pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2009, p. 17). Além disso, “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão como um poder coercitivo” (FOUCAULT, 1979, p.17), silenciando alguns dizeres e reverberando outros.

Esses procedimentos de exclusão e de controle estabelecem os dizeres de certa formação discursiva e determinam a circulação e a hegemonia dos enunciados em diferentes épocas. É nesse sentido, também, que a vontade de verdade está interligada ao poder, pois somos submetidos à produção da verdade e somente podemos exercer poder mediante a produção da verdade.

Seguindo o pensamento de Michel Foucault, a compreensão dos discursos, bem como seus silenciamentos e esquecimentos, levam-nos a debruçar-nos sobre a questão do poder que recai nas

relações discursivas e nos modos de subjetividade. Nessa linha de pensamento, há uma relação intrínseca entre o sujeito e as relações de poder.

Ao contrário das teorias marxistas, que centram o poder nos aparelhos ideológicos, Michel Foucault vai descentrar o poder do estatal, uma vez que ele já não seria detentor de todo poder. Assim, o poder não estaria em um ponto específico da estrutura social como as lutas entre classes antagônicas, mas estaria pulverizado em uma rede de dispositivo ou mecanismos de poder que “funciona como uma estratégia tática e não como uma coisa, um objeto” (FOUCAULT, 2013b, p. 29). Nesse caso, investiga-se a existência de micropoderes que atravessam toda a estrutura social. Parte-se, não do centro (Estado) para a periferia, do macro para o micro, mas o inverso, ou seja, parte-se dos micropoderes para ver como eles se relacionam com o poder mais geral, o Estado.

É importante dizer, conforme ressalta Gregolin (2006, p. 133), que “Foucault não nega o Poder do Estado; o que ele mostra é que há outros poderes além daquele do Estado e que estes têm naturezas e mecanismos diversos daquele do Estado”. Na sua *Microfísica do Poder* ele escreve:

não estou querendo dizer que o aparelho de Estado não seja importante, mas me parece que [...] para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados. (FOUCAULT, 1979, p. 149-150).

Em linhas gerais, para Foucault, o poder é composto por práticas cotidianas, ao contrário da noção de lutas de classes com um centro único do poder, pois na linha de pensamento foucaultiana, há microlutas que se espalham em toda sociedade. O filósofo, desse modo, evita o termo ideologia e vai pensar na história das práticas discursivas, em como os saberes, os discursos e os sujeitos são constituídos.

É bem possível que as grandes máquinas de poder tenham sido acompanhadas de produções ideológicas. Houve provavelmente, por exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc, mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber, métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. (FOUCAULT, 1979, p. 186).

Nesse ínterim, o poder não seria uma coisa da qual poderíamos nos apoderar, nem deter, não é algo que se possa tomar ou dar, ganhar ou perder. O poder é percebido como aglomerado de relações de força que funcionam em acontecimentos singulares, nos movimentos históricos e na própria história. Ou “o poder é em realidade um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidado, mais ou menos coordenado, de relações” (FOUCAULT, 2000, p. 302).

O filósofo considera como relações de poder todas as relações humanas, toda ação do cotidiano, inclusive a menor, a mais banal. Para entender essas relações de poder, analisam-se as formas de resistências, os pontos de aplicação e os métodos que elas utilizam, focalizando-as através do antagonismo de estratégias. Deleuze (2005, p. 79) lembra ainda “que o poder [...] não é essencialmente repressivo (já que ‘incita, suscita, produz’); ele se exerce antes de se possuir [...]; passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação)”.

As lutas ou formas de resistências podem afirmar a diferença e sublinhar a individualidade dos indivíduos, como também podem combater tudo o que pode isolar o indivíduo, separar dos outros. Dessa maneira, essas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o indivíduo, mas contra o “governo da individualização” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Opõe-se, então, uma resistência aos efeitos de poder relacionados ao saber. Isso também

reverbera o fato de existir um “como” do poder, uma certa maneira de o poder se disseminar em nossa sociedade, que justamente produz efeitos de verdade construídos historicamente e reproduzidos nos discursos que constituem o sujeito, que os categoriza. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, porque existe resistência, ou seja, esses sujeitos se defrontam contra ela.

Os conceitos entre poder e saber se completam, pois o ponto em que se exerce poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saberes. Por exemplo: quando os saberes são criados, concomitantemente, é um tipo de regime de verdade, que serve para sustentar as relações de poder (FOUCAULT, 1979). E, é nessas relações de poder que o sujeito se constitui historicamente.

Partindo, portanto, do princípio de que as relações de poder-saber produzem verdades e saberes, fabricando sujeitos, é possível analisar as formas de resistência de Câmara Jr. Jr, uma vez que o lugar do qual ele fala contribui para entendermos o funcionamento discursivo do momento de inauguração da Linguística no Brasil.

Posição-sujeito de Câmara Jr. na institucionalização da linguística

Joaquim Mattoso Câmara Jr, embora, hoje, seja considerado pioneiro nos estudos linguísticos no Brasil, não teve uma recepção positiva chegando a ser chamado de antimentalista e de linguista positivista norte-americano. Mesmo após a defesa de sua tese de doutorado intitulada *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, em 1949, e da livre-docência *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*, em 1952, ambas na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Câmara Jr. não teve de pronto reconhecimento acadêmico oficial.

Apesar de readmitido pela Faculdade Nacional de Filosofia, em 1950, não foi reconhecido.

Suas aulas de Linguística Geral só eram oferecidas aos alunos de Letras Clássicas, como complemento aos estudos filológicos. Suas propostas não tiveram receptividade suficiente para que se alterassem as posturas mais tradicionais filológicas.

As condições de produção fortemente marcadas pelo espírito de nacionalização e reverberadas pelos discursos da gramatização, notadamente pela criação da NGB, (Nomenclatura Gramatical Brasileira), que propunha uniformizar a língua nacional e estabelecer uma homogeneidade de terminologia, fizeram do discurso mattosiano um discurso de resistência, visto que, no momento em que a gramática era sinônimo de língua, Câmara Jr. pautava seus estudos e suas análises em fenômenos linguísticos de cunho estruturalista.

Enquanto a disciplina da Linguística era “interditada”, nos cursos de Letras, a resistência de Câmara Jr. se exercitava na produção intelectual, materializada em múltiplos artigos acadêmicos como os que integram a Revista Letras, *corpus* de nosso estudo.

Partindo do princípio de que é por meio da linguagem que chegamos ao sujeito e a seu lugar sócio-histórico, notamos, na escrita em questão, um Câmara Jr. que apresenta características relacionadas às suas concepções individuais e aos pontos de vista de outros pesquisadores, dentre eles, Edward Sapir. Apesar de seus escritos serem anteriores ao de Câmara Jr., surgem suspeitas de que ambos compartilham algumas ideias e preocupações em relação aos mesmos fenômenos linguísticos como, por exemplo, a preocupação com a sociedade e com a cultura, que se confirma pela aproximação das traduções que este fez de Sapir.

Segundo Uchôa (2004), as ideias de Sapir estão presentes em Câmara Jr, principalmente no que diz respeito às questões fonológicas em que o autor busca alguns aspectos para estudar o português brasileiro (PB) e as línguas indígenas.

Edward Sapir, antropólogo e linguista, foi aluno de Franz Boas, no início do século XX, e, juntamente com Bloomfield e outros, compunha o movimento estruturalista norte-americano. Suas contribuições foram importantes para o desenvolvimento da linguística indígena e indoeuropeia⁷, nos campos da etnologia, da teoria da cultura e da psicologia cultural. No ramo da Linguística, Sapir inovou definindo o conceito de fonema e distinguindo fonética de fonologia.

Esse movimento estruturalista norte-americano se preocupava em descrever as línguas que tinham poucos falantes, no caso, as línguas indígenas. Segundo Ilari (2004, p. 77), “os pesquisadores americanos desse período sentiam-se comprometidos em realizar uma tarefa eminentemente descritiva que deveria [...] evitar a interferência dos conhecimentos prévios do linguista”.

Embora os linguistas defendessem a mesma linha teórica da escola que seguiam, sobressaíram, por vezes, nuances individuais, que caracterizaram o objeto de estudo. Assim, há em Sapir uma visão diferencial dos demais estudiosos estruturalistas para os quais a linguagem era um mero gesto de descrição. Para o antropólogo-linguista, a relação linguagem e ambiente tinha grande relevância na descrição da língua. No texto *A fala como traço de personalidade*, do livro *Linguística como ciência* (1969. p. 66-67) Sapir diz:

[...] se por um ou outro motivo, é criticado o timbre de voz que herdamos do berço, forcejamos por modificá-lo para que não seja um instrumento de linguagem socialmente desagradável. Há sempre qualquer coisa na voz que se deve atribuir ao fundo social, exatamente como os gestos.

Para além da visão estruturalista (mecanicista), Sapir mostra uma preocupação com a voz, em consequência, estendia suas descrições para aspectos envoltos na linguagem. A linguagem é um

⁷ Sapir aplicou o método comparativo do indoeuropeu às línguas indígenas americanas.

método puramente humano e não-instintivo e tem como função não só a comunicação de ideias, mas também a transmissão de desejos, de emoções, de intenções. Ainda para o autor, a linguagem serve para expressar e representar o mundo de seu tempo para as pessoas, por meio de registros e símbolos (SAPIR, 1980).

Sapir pode ser considerado um autor excêntrico para sua época, pois enquanto a linguística estruturalista buscava, em geral, explicações sobre a linguagem somente nos objetos linguísticos, o antropólogo lançava um olhar para a sociedade e a cultura. Isso fica claro no livro *A linguagem: introdução ao estudo da fala*, ao dizer que a “atividade humana que varia sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro porque é uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado” (1980, p.12). A linguagem, representada pelo ato de falar, é resultado da convivência social e varia conforme o grupo social no qual o indivíduo (sujeito) está inserido. Essa concepção cultural vai de encontro à linguística descritiva americana.

Além disso, Sapir (1980, p. 119) abraça a ideia de que a variação é um fenômeno natural da linguagem. Aceita, portanto, a existência de uma variabilidade das línguas, e que cada indivíduo possui diferentes formas de falar, controladas por “uma tácita norma diretriz” compartilhadas pelas pessoas.

Para esse autor, as formas de variação são controladas pela deriva linguística, um mecanismo da própria língua que a faz mover-se em curso através do tempo e que resultará em certas transformações sintáticas e morfológicas determinadas pelas condições sócio-históricas.

Tudo isso leva a crer que Sapir é um linguista preocupado com a linguagem na sua relação com o homem e a sociedade. Dessa forma, o sistema linguístico passa a ser visto como uma estrutura que se relaciona dentro de si, mas também sofre influências exteriores importantes. São, portanto, os

estudos de Sapir que exerceram grande influência sobre Câmara Jr. Conforme Rodrigues (2005, p.20):

Joaquim Mattoso Câmara Jr. dedicou, ainda, parte apreciável de seus esforços à promoção dos seus estudos de línguas indígenas brasileiras. Conhecedor como poucos da obra linguística da Humboldt, de Boas, de Sapir, de Bloomfield e de tantos outros linguistas com visão antropológica da linguagem, compreendia bem a importância que tinha a investigação das línguas dos povos indígenas para a Linguística Geral.

Enredado nas tramas dos discursos calcados no poder-saber, o estruturalismo, no Brasil, começa timidamente a ganhar dizibilidade e visibilidade no espaço acadêmico na década de 1960. Um dos motivos, conforme Ilari (2004, p.87), é o fato de que a escola “instaurou a crença de que a língua portuguesa tal como é falada e escrita no Brasil deveria ser tomada como objeto de descrição, contrariando uma longa tradição normativa”.

Contudo, já nos anos 1950, Câmara Jr. escrevia estudos alicerçados nos pressupostos estruturalistas, como pode ser visto na Revista Letras. É nesse sentido que acreditamos que o discurso mattosiano e a Revista Letras configuram um discurso de resistência face ao até então discurso legitimado nas academias, tentando romper uma ordem discursiva para abrir possibilidades para o novo. A legitimação da Linguística só acontecerá uma década depois, ou seja, em meados dos anos 1960.

O primeiro estudo de Câmara Jr., na Revista Letras, foi publicado em 1955, sob o título de *Língua e Cultura*⁸ em que notamos um sujeito que já se distinguia dos demais estudos brasileiros, ao considerar a Linguística uma ciência antropológica, isto é, ele partilhava a ideia defendida por Sapir. Seus escritos atualizam interdiscursivamente o que dizia, especialmente no entendimento de que as línguas são produtos da cultura.

Na complexidade da materialidade da Revista Letras, lemos trechos que nos permitem afirmar

8 Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/20046>. Acesso em: set. de 2014.

que os textos mattosianos não se inscrevem nas FDs que consagram o discurso filológico:

[a linguagem] trata-se pois, essencialmente, de um fato cultural; é um produto do homem na base das suas faculdades humanas, tanto como outros produtos materiais ou mentais. Assim Tylor colocava a linguagem entre os objetivos culturais, para o fim de pesquisa antropológica, ao lado da indústria da organização social, da religião etc. (CÂMARA, 1955, p. 52).

[...] a língua é um fato de cultura como qualquer outro; integra-se na cultura (CÂMARA, 1955, p.53).

Há, entretanto, certas condições que tornam a língua uma coisa à parte em face dos fatos não-vocais de cultura. (CÂMARA, 1955, p. 53)

Assim a LÍNGUA, em face do resto da cultura, é – o resultado dessa cultura, ou sua sùmula é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe funcionalmente para tanto: englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la (CÂMARA, 1955, p. 54).

A língua é, em última análise, uma parte da cultura e pertence teoricamente à antropologia. O seu estudo esclarece muitos problemas antropológicos, e o mesmo se pode dizer da antropologia para os problemas linguísticos (CÂMARA, 1955, p. 58).

Coerente com suas propostas de base estruturalista, forjadas na esteira dos linguistas de seu tempo, Câmara Jr. ia de encontro ao discurso dominante da época, no Brasil, o filológico, pois elegia em suas pesquisas a língua literária. Sendo assim, o mais próximo que poderíamos ouvir em relação à cultura eram expressões como “língua de cultura”, referindo-se à língua que desfruta de um extenso histórico de tradição escrita e literária (UCHÔA, 2004, p.5).

Acreditamos que Câmara Jr. inaugura um novo discurso e inscreve-se num processo de ruptura que provoca modificações na ordem do dizer, descontinuidades na ordem do discurso mediante a circulação de textos que irrompem frestas do regime. Contudo, vale lembrar que o “novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2009, p. 23).

Sua visão antropológica deu destaque para uma investigação das línguas indígenas no Brasil. Câmara Jr. também desenvolveu grande simpatia com antropólogos brasileiros. Prova disso, é que fazia, já em 1943, palestras sobre Língua e Etnografia na Sociedade Brasileira de Antropologia e, em 1958, organizou um Setor Linguístico na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, destinado a promover os estudos e pesquisas das línguas indígenas e dos falares regionais (RODRIGUES, 2005).

Não por acaso, encontramos, em 1959, nos escritos de nosso *corpus*, um artigo de Câmara Jr. intitulado *A classificação das línguas indígenas no Brasil* em que ele sugere temas para um debate linguístico, lançando perguntas sobre qual seria a melhor forma de classificar as línguas indígenas. Em outro texto *Nomenclatura Gramatical*⁹, de 1960, disserta sobre a criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

O que acontece é que, no início do século XX, no auge das irrupções de acontecimentos como a fundação da Academia Brasileira de Letras, com a organização dos ensinos superiores e da escola e da política nacional, são produzidas inúmeras gramáticas com variadas teorias. Segundo Câmara Jr. (1960), essa profusão deve-se ao (i) pedantismo exibicionista com uma epidemia de termos novos e (ii) às divergências doutrinárias profundas, pois não há doutrina segura sem nomenclatura precisa.

Houve, em consequência, por meio de um decreto da portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, uma iniciativa do Estado brasileiro para estabelecer uma terminologia única para as gramáticas: a NGB, com o intuito de impor uma homogeneidade terminológica e reduzir a gramática a uma nomenclatura fixada.

Havia uma relação de poder e à medida que era imposta à NGB, o estado controlava e assegurava

9 Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/download/19949/13156>. Acesso em ago. de 2014.

10 Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19899>. Acesso em: ago. de 2014.

que se atendesse um espírito de nacionalidade e impunha aquilo que deveria reger o raciocínio, bem como a concepção de língua/linguagem.

Após essa imposição da NGB, a Linguística adquiriu mais cientificidade abrindo brechas para a entrada e legitimação do linguista. Conforme a própria portaria, esse trabalho proposto pela Comissão resultou em um minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e linguistas.

Há, assim, uma ambivalência: de um lado, a da Gramática que quer impor uma norma gramatical e, por outro lado, a da Linguística, com o objetivo de elaborar uma metalinguagem, a fim de refletir teoricamente sobre os fatos da língua. Desse modo, temos os dois lados opostos (linguistas e gramáticos) defendendo o decreto da NGB, ainda que sob pontos de vistas diferentes. Vejamos o que diz Câmara Jr.:

Da minha parte, tenho a dizer de início que considero a Nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo a combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No séc. XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. (1960, p.2).

O posicionamento a favor da NGB, enunciado por Câmara Jr. Jr, deixa claro o papel desencadeador dos novos saberes linguísticos, dos espaços em que eram enunciados por linguistas e que contribuíram para o processo de institucionalização da Linguística. O estudo da língua, antes focado no *arbítrio e na sua fantasia individual*, passa a ter um estatuto mais científico e objetivo de uma língua com sua unidade, na medida em que há um lugar para se preocupar com os nomes que dizem respeito à língua. Há toda uma descrição da fonética, da morfologia com as dez classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição) e da sintaxe.

Conforme vimos, as discussões em torno da linguagem e as tentativas de imposição de uma

variedade linguística sobre a outra são antigas. Não por acaso, a legitimidade de determinados saberes vão se constituindo historicamente, por meio de exercícios de poder e de autoridade daqueles que se inscrevem num espaço privilegiado.

O que acontece é que os sentidos da Linguística, como propunha Câmara Jr., não puderam entrar na ordem do discurso, foram silenciados, impedindo que certos sentidos hoje sejam olhados da mesma forma. Os efeitos de sentido silenciados nos final dos anos 1930 não puderam e não podem significar. Ainda que anos mais tarde Câmara Jr. tenha sido reconhecido, nunca terá o mesmo sentido, pois a partir de uma “[...] formulação instaura-se no processo discursivo uma nova forma de repetição” (COURTINE, 1999, p.22).

Fato é que, mesmo após seu reconhecimento, muitos estudantes de Letras não conhecem ou não sabem das contribuições de Câmara Jr. para a Linguística. Entretanto, o silenciamento nunca é total, porque deixa indícios. Assim como o movimento das ondas do mar, o sentido silenciado em determinado momento continua a significar em outro lugar ainda que de forma diferente, pois:

nenhum poder é absoluto ou permanente; ele é, pelo contrário, transitório e circular, o que permite a aparição de fissuras onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infindável da libertação dos corpos. O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra; ao contrário, ele se elabora, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados. (GREGOLIN, 2006, p.136).

Assim, ironicamente, quando os estudos, por exemplo da *Fonêmica* de Câmara Jr., alcançaram as devidas qualificações, a geração seguinte já tinha voltado a atenção para uma nova revolução linguística (ALTMAN, 2004). As ondas que estabeleceram oficialmente a disciplina linguística no Brasil passaram rápido demais e não havia mais tempo para uma investigação mattosiana. Por isso,

hoje, ele é mais valorizado como precursor do que como linguista moderno.

Tudo isso evidencia os lugares de Câmara Jr. e também as (des)continuidades no percurso teórico linguístico marcadas por acontecimentos que silenciam alguns discursos e reverberam outros que estão sempre “aberto à repetição, à transformação, à reativação; [...] porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, [...] a enunciados que o procedem e o seguem (FOUCAULT, 2013a, p. 35).

Referências

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1998.
- _____. A conexão americana: Mattoso Câmara e o círculo linguístico de Nova Iorque. *D.E.L.T.A. 20: ESPECIAL*, 129-158, 2004.
- AMARAL, AMADEU. *O dialeto caipira*. 1955. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>. Acesso em set. de 2014.
- ANUÁRIO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, Ciências e Letras 1939-1949*. São Paulo. Faculdade de Filosofia. Ciências e Letras. v. I e II, 1953.
- COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Asgra Luzzatto, 1999. p. 15 – 22.
- DELEUZE, GILLES. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: o Livro, 1955.
- FIORIN, J.L. A criação do curso de letras no Brasil e as primeiras orientações de pesquisa Linguística universitária. In: *Revista Língua e Letras*. p.11-27 Vol 7, n. 2, 1º sem de 2006. Disponível em: www.unioeste.br/saber.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P & DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. Michel. Retornar à História. In: Motta, M. B. (org.). M. FOUCAULT. *Ditos & Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Ditos e Escritos IV: estratégias de poder-saber*. Tradução de Vera Lucia de Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.
- ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. (orgs) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v.3.
- CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. Língua e cultura. In *Revista Letras*. n 4. p. 51-59.1955. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/20046>. Acesso em: set. de 2014.

_____. A classificação das línguas indígenas no Brasil. In: *Revista Letras*. n10. p.56-66. 1959. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/download/19949/13156>. Acesso em ago. de 2014.

_____. Nomenclatura gramatical. In: *Revista Letras*. n 11. p.1-16. 1960. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/view/19899>. Acesso em ago. 2014.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A obra científica de Joaquim Mattoso Câmara Jr. In *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista. n 2. p. 11-28. Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/revistas/02/rodrigues%5B1%5D.pdf>. Acesso em set. de 2014.

SAPIR, Edward. *A Linguagem: Introdução ao estudo da Fala*. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

UCHÔA, Carlos E. F. *Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil*. DELTA [online]. 2004, vol.20, n. spe, p. 1-8.

Submissão: 07 de março de 2019.

Aceite: 18 de abril de 2019.